



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Modernização Gestão Estratégica e Socioambiental– Diretoria Geral
08/08/2019

1. Introdução:

A pesquisa prevista na Resolução nº 221/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que indicou a necessidade da realização de consulta pública como etapa preliminar ao processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário foi lançada no dia 13/07/2020 e ficou disponível até o dia 29/07/2020 para que a sociedade civil e os profissionais da área jurídica ajudassem a definir as metas mais importantes da Justiça Eleitoral para 2020. O objetivo é tornar o processo de escolha dessas metas o mais participativo possível.

2. Perfil dos respondentes

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores públicos, associações de classe e cidadãos em geral responderam o questionário, disponível no portal do TSE na internet, e avaliaram o grau de relevância de cada uma das metas propostas.

A pesquisa foi respondida por 4.780 indivíduos, conforme perfil a seguir:

2.1. Identificação

Identificação	Quantidade	%
Advogado	129	5,37%
Associação	8	0,33%
Magistrado de 1º grau	83	3,45%
Magistrado de 2º grau	20	0,83%
Ministério Público	89	3,70%
Servidor público	1.579	65,71%
Sociedade	495	20,60%
Total	2.403	100,00%



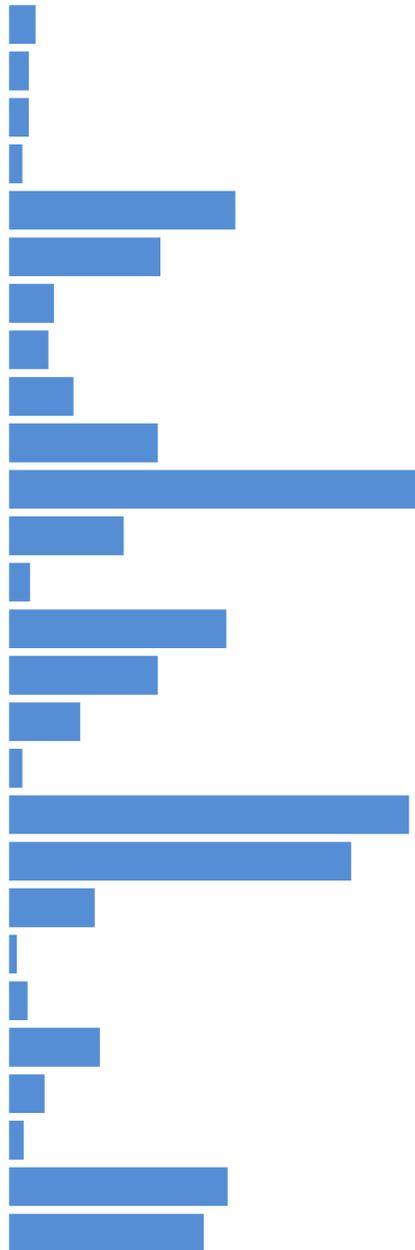


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Modernização Gestão Estratégica e Socioambiental– Diretoria Geral
08/08/2019

2.2. UF

UF	Quantidade	%
AC	20	0,83%
AL	15	0,62%
AM	15	0,62%
AP	10	0,42%
BA	172	7,16%
CE	115	4,79%
DF	34	1,41%
ES	30	1,25%
GO	49	2,04%
MA	113	4,70%
MG	315	13,11%
MS	87	3,62%
MT	16	0,67%
PA	165	6,87%
PB	113	4,70%
PE	54	2,25%
PI	10	0,42%
PR	304	12,65%
RJ	260	10,82%
RN	65	2,70%
RO	6	0,25%
RR	14	0,58%
RS	69	2,87%
SC	27	1,12%
SE	11	0,46%
SP	166	6,91%
TO	148	6,16%
Total	2.403	100,00%



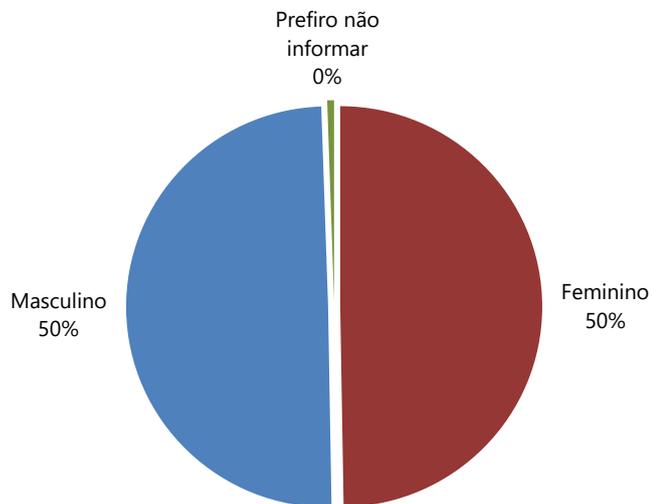


TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Modernização Gestão Estratégica e Socioambiental– Diretoria Geral
08/08/2019

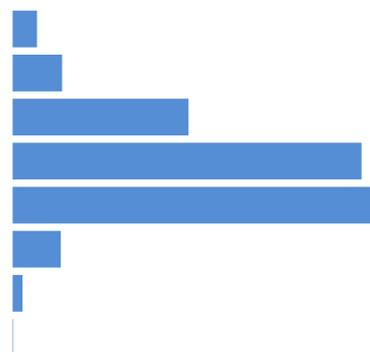
2.3. Gênero

Gênero	Quantidade	%
Feminino	1.195	49,73%
Masculino	1.195	49,73%
Prefiro não informar	13	0,54%
Total	2.403	100,00%



2.3. Idade

UF	Quantidade	%
16 a 20 anos	57	2,37%
21 a 24 anos	116	4,83%
25 a 34 anos	414	17,23%
35 a 44 anos	821	34,17%
45 a 59 anos	858	35,71%
60 a 69 anos	113	4,70%
70 a 79 anos	23	0,96%
Mais de 79 anos	1	0,04%
Total	2.403	100,00%





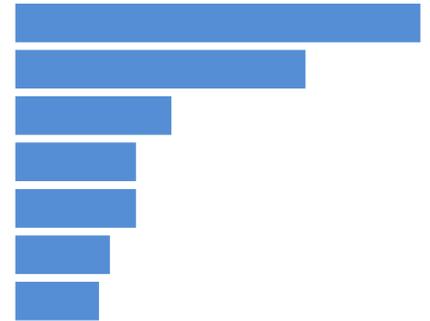
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Modernização Gestão Estratégica e Socioambiental– Diretoria Geral
08/08/2019

3. Resultados

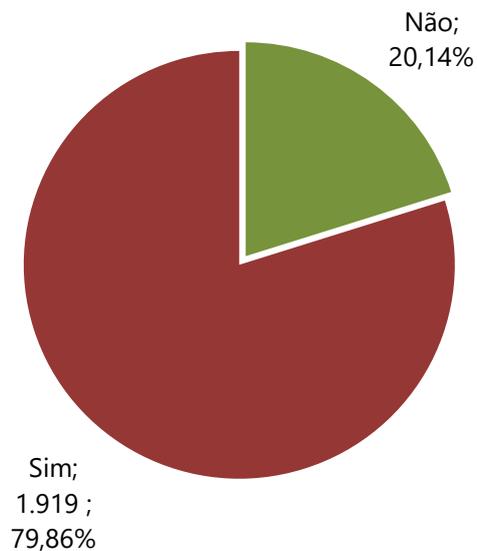
3.1. Temática para meta específica

UF	Quantidade	%
Desburocratização	1.147	31,86%
Acesso à Justiça e Cidadania	822	22,83%
Transparência	442	12,28%
Gestão processual e documental	342	9,50%
Sustentabilidade e Acessibilidade	342	9,50%
Planejamento e Gestão Estratégica	268	7,44%
Governança de Tecnologia da Informação	237	6,58%
Total	3.600	100,00%



3.2 Adesão à Meta 9

Adesão à meta 9	Quantidade	%
Não	484	20,14%
Sim	1.919	79,86%
Total	2.403	100,00%





TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria de Modernização Gestão Estratégica e Socioambiental– Diretoria Geral

08/08/2019

3.3. Nota para os temas

	Média	Mediana	Desvio Padrão
Educação Eleitoral	8,82	10,00	2,10
Meta 4 nacional	9,09	10,00	1,84
Participação Feminina na Política	7,94	9,00	2,80

Os respondentes foram questionados sobre a nota que davam para a importância de cada tema. A meta nacional “Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” foi a que recebeu a maior média (9,09 de 10). Mais da metade dos respondentes deram nota máxima para a importância dessa meta, além de ter sido a que apresentou o menor desvio padrão, o que indica menor variabilidade e consequentemente maior concordância entre as respostas.

4. Sugestões

Uma vez que o número de sugestões não foi alto, sugerimos aos regionais avaliar individualmente as sugestões textuais enviadas pelos seus respectivos respondentes. As sugestões podem ser filtradas por regional e por pergunta na tabela anexa, que contém além dos dados brutos, os modelos de tabelas e gráficos utilizados neste relatório, caso os regionais decidam adotar esse modelo de relatório integral ou parcialmente.